

ACORDO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA E DESMATAMENTO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O COMÉRCIO BRASILEIRO

1 INTRODUÇÃO

O Acordo de Comércio entre Mercosul e União Europeia é um marco importante para as relações comerciais entre os blocos, tendo sido negociado ao longo de mais de 20 anos. O acordo visa promover o comércio bilateral, com destaque para as exportações do setor agropecuário brasileiro para o mercado europeu. Uma questão central envolve as rigorosas exigências ambientais da União Europeia, especialmente no que se refere ao desmatamento na Amazônia, que tem implicações diretas para a competitividade dos produtos brasileiros (Kegel; Amal, 2013).

Com a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia, o Brasil encontra-se em uma posição vantajosa para aumentar suas exportações, principalmente no setor agropecuário. A abertura do mercado europeu a produtos brasileiros representa uma oportunidade significativa de crescimento econômico, considerando a importância da União Europeia como um dos maiores parceiros comerciais do Brasil. No entanto, a crescente conscientização ambiental e as políticas rigorosas adotadas pelo bloco europeu em relação ao desmatamento impõem desafios consideráveis ao Brasil. Dada a crescente pressão internacional pela sustentabilidade, o Brasil precisa equilibrar seus interesses econômicos com as expectativas globais de preservação ambiental.

O desmatamento, especialmente na Amazônia, tem sido uma preocupação global, e a União Europeia demonstrou repetidamente sua intenção de restringir o comércio de produtos relacionados à destruição de florestas tropicais (Krugman et al. 2015). Neste contexto, o presente estudo busca entender como o acordo Mercosul-UE pode afetar a balança comercial brasileira, considerando diferentes cenários de cumprimento ou não das exigências ambientais impostas pela União Europeia. Para tanto, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos econômicos e ambientais do Acordo de Comércio entre Mercosul e União Europeia na balança comercial brasileira, utilizando o modelo de equilíbrio geral computável (CGE) Global Trade Analysis Project (GTAP) (Hertel, 1997).

O estudo aborda as implicações geopolíticas da relação comercial entre os blocos, com destaque para a crescente pressão internacional pela preservação ambiental, especialmente em relação ao desmatamento na Amazônia. Ao integrar o crescimento econômico ao controle ambiental, o Brasil enfrenta o desafio de equilibrar suas ambições comerciais com as exigências ambientais cada vez mais rigorosas impostas pela União Europeia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A globalização econômica, intensificada a partir do final do século XX, mudou a dinâmica do poder geopolítico, passando de demonstrações militares para formas de dominação por meio do comércio e da dependência econômica. Para países em desenvolvimento como o Brasil, a abertura econômica representou uma oportunidade de inserção competitiva no mercado global (Gilpin, 1987).

Mas no caso do Brasil, uma das maiores economias da América Latina, com uma balança comercial fortemente dependente da exportação de produtos agropecuários, que são, por sua vez, intensamente associados ao uso da terra e à exploração de recursos naturais, esta dependência coloca o país em uma posição vulnerável diante de exigências ambientais globais cada vez mais rigorosas, como as impostas pela União Europeia no contexto do Acordo de Paris e nas políticas ambientais europeias (IBGE, 2019; UNFCCC, 2015)

O acordo Mercosul-UE é visto como um dos mais importantes tratados comerciais bilaterais dos últimos anos. Ele reflete não apenas os interesses econômicos dos dois blocos, mas também as preocupações globais com questões ambientais. A União Europeia, por exemplo, é uma das líderes mundiais em políticas ambientais rigorosas, buscando impor restrições ao comércio de produtos que estejam ligados ao desmatamento ou à degradação ambiental (Comissão Europeia, 2024). Isso faz do desmatamento na Amazônia um tema crucial na negociação e implementação do acordo.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETO DE ESTUDO

O principal problema abordado neste estudo é a potencial incompatibilidade entre o crescimento das exportações agropecuárias brasileiras, impulsionadas pelo acordo Mercosul-UE, e as exigências ambientais rigorosas impostas pela União Europeia. O objeto de estudo é o impacto do desmatamento na balança comercial brasileira, dentro do contexto do acordo bilateral. O Brasil, sendo um dos maiores exportadores de commodities agrícolas, encontra-se em uma situação delicada, em que o aumento do desmatamento pode gerar sanções comerciais severas, comprometendo os benefícios econômicos do acordo.

O objeto de estudo deste trabalho é o impacto do Acordo Mercosul-UE na balança comercial brasileira, com foco nas exigências ambientais impostas pela União Europeia e no risco de desmatamento. O problema central discutido é a potencial perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado europeu, caso o Brasil não cumpra as normas ambientais estabelecidas. O setor agropecuário, uma das bases da economia brasileira, é diretamente impactado por essas exigências. O aumento do desmatamento na Amazônia e em outras regiões sensíveis pode gerar sanções e barreiras comerciais não-tarifárias, prejudicando a exportação de commodities para a União Europeia. Nesse sentido, o estudo busca entender como a implementação do acordo pode afetar o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental.

4 METODOLOGIA

Para avaliar os impactos econômicos e ambientais do Acordo Mercosul-UE, este estudo utiliza o modelo GTAP (Global Trade Analysis Project), uma ferramenta amplamente utilizada em análises de comércio internacional. O modelo GTAP é baseado em um sistema de equilíbrio geral computável (CGE), que simula as interações entre diferentes regiões e setores da economia global (Hertel, 1997).

O uso do modelo GTAP permite simular cenários que envolvem diferentes níveis de cumprimento das exigências ambientais pelo Brasil. São considerados cenários em que o desmatamento é controlado e aqueles em que há um aumento nas taxas de desmatamento. O impacto dessas variações no comércio internacional é medido em termos de competitividade, volume de exportações e as potenciais barreiras comerciais que podem ser impostas pela União Europeia.

Os dados utilizados no estudo são extraídos de fontes internacionais, como a Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a base de dados do próprio GTAP. Além disso, são analisados dados nacionais de desmatamento e exportações para avaliar a relação direta entre práticas ambientais e o comércio exterior do Brasil. A aplicação do modelo no contexto deste estudo envolve a simulação de diferentes cenários, em que são avaliadas as condições de cumprimento ou não das exigências ambientais impostas pela União Europeia. O modelo também considera dados históricos de exportações brasileiras, taxas de desmatamento e as políticas comerciais estabelecidas no acordo Mercosul-UE.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das simulações indicam que o Acordo Mercosul-UE pode gerar benefícios econômicos significativos para o Brasil, especialmente no setor agropecuário, para o qual a redução de tarifas e o aumento do acesso ao mercado europeu são pontos-chave. As exportações de carne bovina, soja e outros produtos agrícolas tendem a aumentar substancialmente, especialmente em cenários onde o Brasil cumpre as exigências ambientais estabelecidas pela União Europeia.

No entanto, em cenários mais pessimistas, nos quais o Brasil não cumpre as exigências ambientais e o desmatamento continua a aumentar, verifica-se que os benefícios econômicos do acordo são severamente prejudicados, com as políticas europeias de controle do desmatamento impactando negativamente a competitividade dos produtos brasileiros.

O aumento do desmatamento na Amazônia é particularmente preocupante, pois pode gerar uma reação adversa da União Europeia, comprometida com a implementação de políticas rigorosas de sustentabilidade, impondo barreiras comerciais não-tarifárias, e restringindo a importação de produtos brasileiros associados ao desmatamento. Isso representaria uma perda significativa para a balança comercial brasileira, particularmente em setores que dependem fortemente do mercado europeu.

A discussão também enfatiza a necessidade de políticas públicas eficazes para mitigar os impactos negativos do desmatamento, incentivando práticas mais sustentáveis na agropecuária. A adoção de tecnologias limpas e o incentivo à preservação de áreas protegidas são cruciais para que o Brasil consiga manter sua competitividade no mercado internacional, ao mesmo tempo em que responde às demandas de preservação ambiental.

6 CONCLUSÃO

O Acordo Mercosul-UE apresenta uma oportunidade valiosa para o Brasil expandir suas exportações e fortalecer sua economia. No entanto, o sucesso do acordo está intrinsecamente ligado à capacidade do Brasil de alinhar seu crescimento econômico com a preservação ambiental. O desmatamento, especialmente na Amazônia, é um fator decisivo que pode limitar os benefícios econômicos esperados, caso o Brasil não implemente políticas eficazes de controle ambiental.

A conclusão do estudo é que o Brasil precisa urgentemente adotar políticas públicas que promovam a sustentabilidade no setor agropecuário e em outras áreas de produção. Mesmo possuindo instrumentos importantes como o Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), embora ainda seja necessário um esforço importante de fortalecimento de sua implementação e fiscalização, não há dúvidas de que a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e a utilização de tecnologias limpas são cruciais para que o Brasil continue competitivo no mercado europeu, sem comprometer seus recursos naturais.

Nesse sentido, o sucesso do acordo Mercosul-UE dependerá da capacidade do país de responder às demandas ambientais internacionais, garantindo que suas exportações não sejam afetadas por barreiras comerciais impostas devido ao desmatamento.

Finalmente, o estudo destaca que a adoção de práticas sustentáveis não é apenas uma exigência internacional, mas uma oportunidade para o Brasil se consolidar como um líder no comércio internacional, alinhando crescimento econômico com preservação ambiental. A implementação de políticas públicas eficazes será essencial para que o Brasil aproveite ao máximo os benefícios do acordo, garantindo o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Mercosul-União Europeia, balança comercial, desmatamento, agroindústria.

REFERÊNCIAS

- Burkett, P. (1999). **Marx and Nature: A Red and Green Perspective**. Palgrave Macmillan.
- Comissão Europeia. (2024). **Trade and Sustainable Development**. European Commission.
- Cesar de Oliveira, et al. (2023). Deforestation and Trade Barriers: The Impact on Mercosur-EU Agreement. **Journal of Environmental Economics**.
- Gilpin, R. (1987). **The Political Economy of International Relations**. Princeton University Press.
- Hertel, T. (1997). **Global Trade Analysis: Modeling and Applications**. Cambridge University Press.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE atualiza mapa da Amazônia Legal. **Agência de Notícias IBGE**, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agenciasaladeimprensa/2013agenciadenoticias/releases/28089ibgeatualizamapadaamazonialegal>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- Krugman, P. et al. (2015). **International Economics: Theory and Policy**. Pearson.
- UNFCCC. (2015). **Paris Agreement**. United Nations Framework Convention on Climate Change.
- KEGEL, Patrícia Luiza; AMAL, Mohamed. Perspectivas das negociações entre o Mercosul e a União Europeia em um contexto de paralisia do sistema multilateral e da nova geografia econômica global. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, 2013.